

GALASTRI, Leandro. *Gramsci, marxismo e revisionismo*. Campinas: Autores Associados, 2015.

Jórisa Danilla N. Aguiar¹

No artigo “Marxismo e revisionismo”, de 1908, Lênin indica a causa central do distanciamento dos pensadores que viriam a se identificar com a corrente do revisionismo em relação ao socialismo: “frente à dialética, os revisionistas se afundavam no pântano do envelhecimento filosófico da ciência, substituindo a ‘sutil’ (e revolucionária) dialética pela ‘simples’ (e pacífica) ‘evolução’”. A dinâmica do livro de Leandro Galastri nos aproxima deste debate iniciado na social-democracia alemã e estendido para França e Itália através das figuras de Karl Kautsky, Eduard Bernstein, Benedetto Croce, Saverio Merlino, Henri De Man, bem como de Antonio Labriola e Georges Sorel. Esse embate teórico contra as leituras idealistas, deterministas e economicistas do marxismo permearam o desenvolvimento intelectual de Antonio Gramsci no intermúndio do cárcere.

Galastri, de forma contundente, nos apresenta à “vanguarda do pensamento adversário” que pretendia reformular as teses canônicas do marxismo e, de forma correlata, à “versatilidade política” dos que viriam a ser interlocutores de Gramsci, elucidando as consequências políticas de seus desvios estratégicos para a teoria da luta de classes e a formação de uma consciência crítica de mundo (p. 2, p. 35). Com rigor e autoridade resultantes de sua pesquisa de doutoramento, o autor nos expõe fundamentalmente a leitura crítica realizada pelo revolucionário sardo acerca das categorias de *mito*, *cisão* e *bloco de imagens históricas* de Sorel para compor o que viria a ser uma das principais categorias gramscianas, o *bloco histórico*. Lembra, ainda, que Gramsci empreende uma apropriação criteriosa das categorias sorelianas, distanciando-se decisivamente do espontaneísmo da ação sindical tomada a cabo pelo teórico francês, ao passo que prioriza a revolução proletária.

¹ Doutoranda em Ciências Sociais na Universidade Federal de Campina Grande, pesquisadora do grupo PRÁXIS – Estado e lutas de classes na América Latina – UFCG/CNPq, jdaniillaaguiar@hotmail.com.

No início do livro, o autor aborda o movimento revisionista expresso por Kautsky e Bernstein. O primeiro claramente defendia uma política de conciliação e reformas, abandonando a necessidade de destruição do Estado burguês. A separação entre economia e política para o entendimento do fenômeno do imperialismo, em sua visão, resultaria numa diferença estratégica que o levaria a romper com o marxismo, de acordo com os preceitos leninistas. Nessa leitura equivocada realizada por Kautsky, o imperialismo seria uma opção política dos governos e não uma necessidade do capital. Já Bernstein, na esteira do desenvolvimento do SPD, pregava a reformulação dos preceitos mais básicos do marxismo, como o entendimento da necessidade da conquista do poder político de forma violenta pelos trabalhadores. A ampliação dos direitos políticos na esfera jurídica ou “o movimento” da classe trabalhadora seria seu objetivo final, marcando um distanciamento aberto em relação ao socialismo revolucionário. Lênin e Rosa Luxemburgo, a ala esquerda da social-democracia, foram taxativos ao indicar os resultados das manobras políticas oportunistas de seus adversários: a “garantia da supremacia dos elementos pequenos-burgueses” que mudariam o rumo e os objetivos do partido revolucionário (p. 37). Esse revisionismo oportunista, de acordo com Lênin, deveria ser combatido prioritariamente.

Na sequência – após apresentar o período do *Biennio Rosso* e a maturação intelectual de Gramsci, bem como sua concepção de partido como instrumento fundamental para a construção de uma estratégia operária – Galastri discorre sobre o revisionismo latino, que neste espaço será representado pela tríade composta por Croce, Labriola e Sorel.

Croce, que entendia o marxismo como mais uma ferramenta para interpretação da história, buscava em Engels os fundamentos de sua argumentação revisionista, aparecendo no livro como um oportunista político e teórico com um entendimento deformado sobre a lei do valor-trabalho de Marx, simplificada em Croce à uma hipótese não figurativa da realidade.

Labriola, como sugere o autor, se distancia teoricamente dos revisionistas até aqui citados, mantendo atenção sobre a questão da luta de classes no cenário de expansão imperialista. Neste afã, intenta apresentar os primeiros elementos modernos de interpretação do marxismo “tendo como pilar a explicação materialista da formação social capitalista e a indissociabilidade orgânica entre prática e teoria na ciência e na

política”, entendendo o materialismo histórico como uma nova concepção de mundo, leitura que viria a consolidar em Gramsci sua filosofia da práxis.

Conforme nos indica a leitura do livro de Galastri, em meio ao clima de enrijecimento e burocratização vividos pela social-democracia alemã, as elaborações de Georges Sorel (contrárias às posições policlassistas) em favor de um sindicalismo revolucionário pautado no mito da greve geral, desde uma perspectiva popular, tomam força na França e influenciam no movimento de massas, chamando atenção de Gramsci. Para o italiano, o sindicalismo revolucionário soreliano se expressaria em uma fração das classes subalternas no máximo que poderiam evoluir na luta econômica, sem avançar, contudo, para a luta política através do partido – seu sujeito revolucionário – explicitado no moderno príncipe. Desde uma perspectiva mais elaborada do jacobinismo, como categoria histórico-política capaz de harmonizar os interesses entre a massa urbana e camponesa em uma “vontade nacional popular”, Gramsci rebate justamente o espontaneísmo da ação sindical, a restrição à luta corporativa, bem como o economicismo, conforme vemos nos *Quaderni* (nas Breves notas sobre Maquiavel), ao ressaltar a importância teórica de se pensar um sujeito coletivo, que transforme o indivíduo. Essa é a sua filosofia da práxis, uma filosofia contra-hegemônica, uma hegemonia inspirada no leninismo que propunha a unidade dos diferentes estratos das classes subalternas sob a hegemonia na classe operária.

Com a retomada teórica proposta por Galastri, percebemos como a perspectiva gramsciana, por outro lado, se alinha ao pensamento de Sorel quanto ao entendimento do mito como o despertar da vontade coletiva, como a “chama da imaginação revolucionária”. Considera, a partir desse entendimento, que a figura do mito soreliano estaria personificado na greve geral e que esta seria gestada nos sindicatos, esses sim responsáveis pela “agitação e educação das massas trabalhadoras na defesa autônoma de seus interesses” (p. 150). Destaca também que para o sindicalista francês a coesão permanente do proletariado não dependeria dos intelectuais ou de partidos, ao contrário do que propunha o pensamento gramsciano, ao passo que o intelectual italiano reafirma a essencialidade da “conexão sentimental entre intelectuais e povo-nação para se fazer política e, no mesmo sentido, história”, como condição de formação de um novo bloco histórico (p. 94).

O livro de Leandro Galastri, ao dedicar um bom espaço ao desenvolvimento teórico de Sorel, apresentando-nos debates originais frutos de pesquisa realizada em

parte no Instituto de Estudos Sorelianos de Paris, contribui positivamente com a difusão das ideias deste que foi um grande interlocutor de Gramsci.

Através de sua reconstrução teórica que tanto é sistemática quanto necessariamente polêmica – se tomarmos as dimensões de proximidade entre Sorel e Gramsci – sobretudo quanto à recusa da violência, o autor nos indica uma das incisivas críticas gramsciana ao legado de Sorel: a forma como seria sustentado o movimento espontâneo de sublevação do proletariado, visto que o sindicalismo revolucionário negaria uma organização permanente, o que resultaria em última instância em uma negação da política. Podemos problematizar, por exemplo, sobre quais seriam as responsabilidades políticas do sindicalismo revolucionário que, ao tentar concretizar ações corporativas privilegiando a luta econômica à luta política – contribuindo com a crescente burocratização das organizações sindicais – abriu espaço para vinculação com setores populistas dominantes, como os varguistas e peronistas, no contexto latino-americano. São diferenças teóricas que não tardam em cristalizar as diferenças políticas.

O autor ressalta, todavia, que na América Latina a leitura de Sorel influenciou decisivamente o marxista peruano José Carlos Mariátegui, referência primeira para a compreensão dos processos históricos e políticos do subcontinente. Durante sua estadia na Europa, vivenciando as experiências do movimento operário nas organizações sindicais e partidárias e os impactos da Revolução Russa, Mariátegui visualizou na imaginação libertadora do mito soreliano o que para ele seria a fé revolucionária, para além de um conceito, uma paixão, uma ideia, um sentimento². Segundo Robert Paris, o rompimento com o cientificismo positivista, bem como a recusa da ideia de progresso eurocêntrico que o revolucionário peruano encontrou nas ideias de Sorel, foram fundamentais para formar o *seu* marxismo criativo e heterogêneo. Paris destaca ainda que, como forma de aderir ao movimento real, Mariátegui se incumbiu da tentativa de unir Lenin e Sorel, fundindo o mito soreliano com o socialismo científico. Tais traços

² Em outro ensaio, Galastri ressalta que a heterodoxia do marxismo de Mariátegui em nada significava “ingenuidade ou voluntarismo romântico”, sua composição teórico-prática assimilava o pensamento de Sorel, mas continha maiores aproximações com o “método leninista de adaptar a teoria marxiana para as condições concretas de formações sociais específicas sem descuidar de seu caráter revolucionário” (GALASTRI, 2015, p. 281). A articulação entre a teoria e a prática revolucionária e o vivo testemunho histórico foram o terreno onde se desenvolveu a convicção no marxismo mariáteguista. A influência do revolucionário russo também se evidenciou diante da perspectiva pela qual Mariátegui abordou a questão indígena e a necessária união operário-camponesa na luta de classes latino-americana.

nos parecem secundários diante da perspectiva inédita e acertada pela qual Mariátegui abordou o papel a ser desenvolvido pelos povos autóctones em busca da revolução social, levando em consideração as especificidades latino-americanas.

Em vários momentos da história do marxismo as tentativas de refutação das categorias políticas inauguradas por Marx e Engels, determinadas pelas contradições de classe da sociedade capitalista, se fizeram e fazem presentes. O revisionismo cumpriu a tarefa de estimular reações da atividade intelectual socialista contra as ofensivas sofridas desde o fim do século XIX. Gramsci realizou tal intento com maestria, deixando um importante legado para os que pretendem uma formação de consciência crítica de mundo desde uma perspectiva marxista, sem pretender “reformular” o capitalismo. Seguindo esse propósito, o livro de Leandro Galastri combina a perspectiva crítica gramsciana e a recuperação histórica desses embates políticos e suas expressões na luta teórica e de classes.

Referências:

GALASTRI, L. Mariátegui e a Tradução Latino-Americana do Leninismo. In: *Lenin: teoria e prática revolucionária*. Anderson Deo, Antonio Carlos Mazzeo, Marcos Del Roio (org.). Marília: Oficina Universitária; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2015.

LENIN, V. *Marxismo e Revisionismo*. 1908. Disponível em: <<https://www.marxists.org/portugues/lenin/1908/04/16.htm>>.

PARIS, Robert. Mariátegui: un sorelismo ambíguo. In: *Mariátegui y los origenes del marxismo latino-americano*. José Aricó (org). México: Cuadernos de Passado y Presente, 1978.

RECEBIDO EM 12-10-2016

APROVADO EM 28-05-2017